

ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA RELATIVAMENTE AO USO DAS PATENTES GENÉTICAS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS (APOIO SANTANDER)

Aluna: Célia Mariani

Orientadora: Profa. Dra. Camila Barreto Pinto Silva

Curso: Direito

Campus: Cidade Universitária / Marginal Pinheiros

O presente trabalho visa investigar a legislação disponível e vigente no ordenamento jurídico brasileiro, nos últimos 20 anos, acerca de uma questão relevante e identificada no livro “O Mercado Humano”, de Volnei Garrafa e Giovanni Berlinguer: o patenteamento de genes humanos. O fato ocorreu em 1996 e é mostrado pelos autores que, em um programa de assistência humanitária a índios (peruanos e, após alguns anos, o mesmo fato se passou com índios brasileiros), pedia-se permissão para coleta de sangue dos mesmos. Uma vez obtida a coleta, grandes laboratórios, selecionaram genes para olhos e cabelos escuros e genes para cabelos lisos e os patentearam para uso posterior, não especificado. Tal situação foi possível por não haver legislação que regulamentasse o referido procedimento. Por se tratar de técnica inovadora e não existir dispositivo legal que proibisse a prática de tais atos, não se cogitava sua regulamentação, como forma de prevenção e proteção aos Direitos Fundamentais. O ordenamento jurídico brasileiro é construído lentamente e isto traz vantagens e desvantagens. A vantagem é que só é agregado a ele o que se firma como representação da vontade popular. A desvantagem é que, se a realidade for muito dinâmica, como tem ocorrido após o advento da internet, há risco de não se conseguir a precisão necessária para que cumpra sua função social. No caso em estudo, estamos investigando exatamente isto: se a lei teve sua intervenção precisa e eficaz diante de fatos que ferem os Direitos Fundamentais. O cidadão tem direitos sobre seu material genético e não pode a lei permitir que alguém, que não ele mesmo, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, em busca de alguma vantagem ou lucro,

apodere-se desse direito básico de qualquer cidadão, garantido pela Constituição Federal Brasileira.